

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 21, ano 2024 | ISSN: 2675-5432

Dossiê Ditadura Militar 1964-1985: velhos e novos autoritarismos, memórias e justiça de transição



Dossiê Ditadura Militar 1964-1985: velhos e novos autoritarismos, memórias e justiça de transição

Apresentação

Ainda sob o impacto da enorme repercussão das indicações de premiação do filme *Ainda estou aqui*, de Walter Salles, apresentamos o Dossiê Ditadura Militar 1964-1985: velhos e novos autoritarismos, memórias e justiça de transição.

As questões colocadas nas discussões sobre os 60 anos da ditadura, completados em 2024, ainda nos fazem pensar o quanto o país precisa realizar uma Justiça de Transição e, quiçá, rever os processos que resultaram na “transição pelo alto”, que deixou intocados os crimes cometidos pelos agentes do Estado e seus colaboradores. Isso resultou, entre outros, no desaparecimento de cidadãos como Rubens Paiva, sem que as circunstâncias de suas mortes e desaparecimentos tenham sido até hoje esclarecidas, sem que as famílias pudessem realizar as exéquias de homenagens aos seus entes queridos, e os responsáveis pelas execuções e seus familiares continuem a receber os salários de aposentadorias desses agentes criminosos.

O Estado brasileiro continua a dever uma explicação à sociedade. Por isso, é que não podemos deixar de relacionar o “auto perdão” concedido pelo último governo militar, com a Lei de Anistia (Lei n.º 6.683/1979), fruto de uma relação de forças com um Congresso ainda dominado pelo governo ditatorial, que estabeleceu a “pax”, em nome da “conciliação nacional”, com o movimento

da extrema direita que tentou um golpe de Estado em 08.01.2023, que pressiona para que seja votado um projeto de lei de “Anistia” aos golpistas do oito de janeiro, isto é, Bolsonaro e seus cúmplices.

Como nos ensina Walter Benjamin, “nem os mortos estarão em paz se o inimigo vencer”. Por isso, para que nossos mortos tenham paz, precisamos vencer a onda autoritária e negacionista que ameaça a democracia e o Estado Democrático de Direito em nossos dias.

Pretendemos que este Dossiê contribua para a História, a memória e a verdade, para que nunca mais nosso país tenha os direitos e liberdades democráticas suprimidos.

O Dossiê apresenta artigos que discutem as experiências no período autoritário (1964-1985) e seus desdobramentos na atualidade. Em 2024, a efeméride dos 60 anos do golpe civil-militar suscitou importante reflexão sobre o passado e o presente da sociedade brasileira. As forças articuladoras do golpe, a instauração do estado autoritário e as diversas formas de resistência ao arbítrio, o cerceamento das liberdades e a defesa da democracia constituem questões importantes, principalmente, no contexto atual de ascensão de movimentos que reivindicam o autoritarismo e a agenda conservadora. Assim, a composição deste Dossiê visa contribuir para dar visibilidade às múltiplas abordagens sobre o tema, tais como: as violências sofridas no período, as mobilizações de diferentes setores da sociedade brasileira – trabalhadores, estudantes, artistas, intelectuais, clero, dentre outros –, além das ações em busca da verdade, reparação e justiça, como os trabalhos da Comissão da Verdade, os processos de anistia e, conseqüentemente, as disputas de memórias, bem como as pesquisas que focalizam as práticas de ensino e o passado autoritário. Os textos conectam o passado autoritário e a ascensão da extrema direita no Brasil.

O artigo *A revolução não está a serviço do ódio de ninguém*, de Franciane Nunes, traz um elemento importante para pensarmos como a ditadura atuou além das capitais e no eixo Sul-Sudeste do país. Analisando a atuação

de Soane Nazaré de Andrade, intelectual que teve presença importante na criação da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus-Itabuna (FESPI), que deu origem à atual Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, Bahia, a autora busca mostrar, por meio dos artigos de opinião publicados no jornal *Diário da Tarde*, de Ilhéus, como esse sujeito atuou na defesa do golpe que instaurou a ditadura e no apoio e consolidação do regime nos períodos posteriores. A importante contribuição de Franciane para os estudos sobre a ditadura se dá tanto na articulação da fonte, o jornal *Diário da Tarde*, publicado diariamente no município de Ilhéus, como no esclarecimento sobre a atuação desse importante personagem local, louvado como progressista, pois tem sido considerado o responsável por trazer o ensino superior à região. Conforme a autora, as posições divulgadas no periódico, especialmente os artigos assinados por Soane Nazaré de Andrade, “foram essenciais para a disseminação e a legitimação dos princípios ideológicos defendidos pela ditadura civil-militar”.

O artigo *Repressão contra estudantes e o Padre Augusti na Ditadura Militar: (1968-1969): uma análise existencial*, de Gabriel Ramires Soares Sebastião Augusti, também aborda a atuação da ditadura além dos grandes centros urbanos e capitais, analisando a atuação de um personagem importante na luta contra a ditadura militar no interior do estado de São Paulo, especialmente na cidade de Botucatu. O Padre Augusti, além de ser um ascendente do autor, foi o coordenador da Ação Católica, atuando no apoio e formação da Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC), segmentos que tiveram uma atuação fundamental na organização e resistência do movimento estudantil à ditadura. O padre Augusti atuou na organização do XXI Congresso Estudantil Secundarista, promovido pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), no ano de 1969. A ditadura não deixou de vigiar essas atividades, instaurando um rigoroso aparato de repressão para desmobilizar, prender os estudantes e tentar criminalizar o padre Augusti.

O artigo *Memórias da tortura: representações da resistência feminina nos testemunhos para a Comissão Nacional da Verdade*, de Maria Socorro Rodrigues Nogueira, problematiza as representações da resistência feminina à Ditadura Militar a partir da análise do relatório final da CNV, considerando a transgressão dos padrões comportamentais estabelecidos pelo patriarcado, as prisões, tortura marcada pela violência psicológica, física e sexual.

No artigo *Nas veias da Justiça de Transição: Marcas da Memória e Caravanas da Anistia – Rumos à reparação*, Guilherme Chorro e Hélio Sales Rios exploram como o país tratou seu passado anos após o processo de democratização. O texto tece sua narrativa especialmente na 69ª Caravana, ocorrida em Belo Horizonte, em 2013, e na entrevista de Adalberto Arruda Silva ao projeto Marcas da Memória. A reflexão dos autores traz a memória como fonte importante de conhecimento e resgate, bem como uma das principais armas para lutar pelo passado e pelo presente, muitas vezes sequestrados pelas narrativas negacionistas da história por grupos mal-intencionados ou diretamente envolvidos nas agruras da ditadura civil-militar.

O artigo *Mobilizações e lutas na atuação política dos estudantes da Universidade Estadual do Ceará (1979-1989)*, de Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz, focaliza a atuação política dos estudantes da UECE no período da abertura política. A partir da análise de oito entrevistas com ex-ativistas do Diretório Central Estudantil de diversas correntes políticas, a autora apresenta as emoções, trajetória da luta dos estudantes e do movimento estudantil.

O artigo *A União das Mulheres Cearenses: os feminismos vigiados na ditadura civil-militar brasileira*, de Sarah Pinho da Silva, aborda um dos temas mais silenciados durante o processo de visita que os pesquisadores realizaram ao passado do país: a luta dos feminismos. A leitura do artigo é conduzida pela necessidade ímpar de conhecer mais uma parte desse passado, colocando em perspectiva positiva a atuação das mulheres cearenses e, ao mesmo tempo, provando como os feminismos eram

movimentos pouco conhecidos e muitas vezes rejeitados pela própria esquerda durante os anos 1970. No entanto, isso não reduziu sua importância na construção da resistência à ditadura militar. O texto mostra ainda que os militares entendiam que o tema do feminismo era uma temática cara às mulheres de esquerda, porém não havia entre os militares a devida dimensão da luta feminista pela democracia.

O artigo *“Choro e ninguém liga pra mim”*: canções, cotidiano e violência em tempos de chumbo, de Carolina Maria Abreu Maciel e Matheus Bonfim e Silva, traz uma importante contribuição aos estudos sobre a censura na ditadura. Trabalhos sobre a perseguição a autores consagrados da MPB, conhecida como nova geração de artistas que trouxeram temas ligados à cultura popular, tradições, bem como a modernização dos instrumentos e temáticas que tratavam das questões da juventude, do subdesenvolvimento do país, ou mesmo buscavam burlar a censura com metáforas nas letras, são bem conhecidos. Porém, o trabalho em questão é inovador, na medida em que apresenta a perseguição e a censura dos artistas taxados de “cafonas”. Apesar de serem taxados dessa forma pelos meios de comunicação, artistas como Waldick Soriano, Paulo Sérgio, Agnaldo Timóteo e Odair José tiveram uma popularidade, especialmente entre as classes populares, caindo no gosto popular. Nem por isso, deixaram de sofrer a censura da ditadura, pois traziam em suas canções temas caros às classes populares, tratando o cotidiano ordinário dos trabalhadores.

Por último, mas não menos importante, o artigo *Silenciamento Histórico: a Negação dos Impactos da Ditadura Militar e a “des-memória” Indígena*, de Erick Douglas Andrade, traz uma importante contribuição para compreendermos como a ditadura agiu sobre os povos indígenas, inclusive como esses testemunhos ainda são pouco examinados na historiografia sobre a ditadura. Buscando nos eventos e grandes projetos de expansão territorial da ditadura, o autor traz elementos para repensarmos

o quanto as questões de memória, verdade e justiça de transição ainda não foram plenamente abordadas quando se trata dos povos indígenas. O autor contribui com uma reflexão sobre os motivos que levam ao esquecimento dos povos indígenas e os impactos sofridos durante a ditadura, o que denomina de “um processo de *des-memória* provocado pelo Estado”.

Com este conjunto de importantes artigos sobre o tema da ditadura civil-militar em nosso país, temos certeza de que este Dossiê contribui bastante para que nunca mais se esqueça e nunca mais aconteça algo semelhante em nosso país, por mais que muitos resquícios persistam e forças conservadoras tentem golpes semelhantes. Compreender e explicar a ditadura é defender e reforçar a democracia. Acreditamos que este Dossiê cumpre com este papel. Boa leitura!